



Sensacional!

## Turismo rural e agricultura familiar: desafios e perspectivas para o campo

### Rural tourism and family agriculture: challenges and perspectives for the field

Carlyle Tadeu Falcão de Oliveira<sup>1</sup>

Deborah Moraes Zouain<sup>2</sup>

#### Resumo

Neste ensaio, objetiva-se mostrar que, por meio do fortalecimento da agricultura familiar, se colabora para o crescimento sustentável do campo e que, por meio da atividade turística, praticada nas unidades familiares rurais, se agrega valor aos pequenos estabelecimentos do agronegócio dando-lhes maior sustentabilidade. Apresenta-se a agricultura familiar como responsável pela maioria dos empregos no espaço rural brasileiro e, assim, o turismo rural desenvolvido nas propriedades familiares torna-se uma nova fonte de renda que ainda contribui para a revitalização da cultura rural e a preservação do ambiente natural. Mostra-se, também, como se desenvolve o turismo rural na agricultura familiar e como se organiza a atividade institucionalmente. Por fim, apresentam-se as oportunidades e os desafios para a realização do turismo rural na agricultura familiar em consequência do avanço da reforma agrária e do surgimento do turista popular como público consumidor. Vale lembrar que, neste ensaio, utilizou-se, para descrever e explicar esses fenômenos sociais, pesquisa bibliográfica/documental.

<sup>1</sup>Doutorando em Administração pela EBAPE-FGV. É mestre em Administração Pública pela EBAPE-FGV; especialista em turismo pela FGV; especialista em Gestão Empresarial pela FGV; especialista em Planejamento e Gestão em Turismo Ambiental e Cultural pela Unirondon; graduado em Engenharia Civil pela UGF. Foi empresário agente de viagens por 13 anos e docente por 5 anos em cursos de graduação em turismo. É professor-tutor do FGV Online nas áreas de Turismo, Gestão Pública, Gestão Empresarial

<sup>2</sup>Doutora em Engenharia da Produção (Major: Inovação Tecnológica e Organização Industrial) pela COPPE/UFRJ. Mestre em Educação pela UFRJ. Bacharel em Direito pela UERJ e em Administração pela EBAP/FGV. Professora dos Cursos Stricto Sensu da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas. Professora dos Cursos Lato Sensu da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas. Coordenadora dos MBAs em Turismo, Hotelaria e Entretenimento; Gestão de Negócios e Tecnologia da Informação; Direito do Consumidor e da Concorrência; Gestão da Segurança Corporativa. Diretora e Editora da Revista de Administração Pública-RAP.

---

**Palavras-chave:** agricultura familiar, turismo rural, sustentabilidade rural, reforma agrária, turista popular

## **Abstract**

*This paper aims to show that the strengthening of family farming contributes to sustainable growth of the rural area and that tourism practiced in rural households, adds value to small agribusiness establishments giving it more sustainable. The Family Farming is presented as responsible for the majority of jobs in the Brazilian countryside and that the rural tourism developed in those homesteads becomes a new source of income that also collaborates with: the revitalization of rural culture and preserving the natural environment. Also the paper presents how rural tourism is developed in Family Farming and how the activity is institutionally organized. Finally, opportunities and challenges are presented for Family Farming in Rural Tourism as a result of the advancement of agrarian reform and the rise of popular tourist as consumer. In this paper, it was used to describe and explain these social phenomena the bibliographic and the documentary research.*

**Key words:** family farming, rural tourism, rural sustainability, agrarian reform, popular tourist

## **1. Introdução**

No Brasil, quase metade das exportações ligam-se ao agronegócio que representa um terço do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. É comum a associação do agronegócio às grandes empresas agropecuárias, mas são em pequenos estabelecimentos de agricultura familiar onde mais se emprega no campo.

Este trabalho aborda a agricultura familiar como responsável, em grande parte, pelo desenvolvimento sustentável das áreas rurais brasileiras, e o turismo praticado nessas propriedades como poderoso instrumento de diversificação da renda familiar rural, novas oportunidades de empregos, possibilidades de integração social e valorização da cultura rural. Também se apresenta como é desenvolvido o turismo rural na agricultura familiar e seu arranjo institucional de gestão. Argumenta-se que poderá haver um aumento da oferta do turismo rural na agricultura familiar pela aceleração da reforma agrária, que contempla um número cada vez maior de famílias com a posse da terra. Pelo lado urbano, avalia-se o surgimento do turista popular, com seu potencial de consumo e suas possibilidades de inserção no mercado, como consumidor potencial do turismo rural na agricultura familiar.

---

Por meio da pesquisa bibliográfica/documental, deseja-se descrever e explicar o fenômeno social que acontece na zona rural onde está em curso a reforma agrária, em especial em unidades familiares rurais, e o aparecimento do turista popular como um potencial consumidor. Assim, mostra-se o turismo como uma atividade possível a desenvolver-se naquelas áreas, podendo ser ofertado, se bem estruturado, à nova demanda. Realizou-se uma revisão da literatura sobre o conceito de turismo rural e de órgãos públicos, e levantaram-se as informações sobre agricultura familiar, reforma agrária e a ascensão dos públicos de baixa renda como novos consumidores do turismo.

Apresentaram-se novas oportunidades e desafios aos planejadores do turismo num cenário futuro, consequência do aumento das unidades familiares rurais, e a emergência de um novo público consumidor: o turista de baixa renda.

## 2. Agricultura familiar

Com um clima diversificado, abundância de sol, de água doce e 388 milhões de hectares de terras agricultáveis, o Brasil tem uma vocação natural para a agropecuária. Dessa forma, o agronegócio é responsável por 33% do Produto Interno Bruto (PIB), por 42% das exportações totais e por 37% dos empregos brasileiros. É hoje a principal força motriz da economia brasileira e responde por um em cada três reais gerados no País (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2004).

O agronegócio é, segundo Rozenbaum e Leitão (2006, p. 296), “o conjunto de empresas que atuam na produção, processamento, distribuição e vendas de produtos agropecuários”. Entre essas empresas, é significativa a participação da agropecuária familiar na economia nacional. São 4,5 milhões de estabelecimentos desse tipo (80% do total) onde se empregam 70% da mão de obra das zonas rurais dos municípios. Em 2003, a agropecuária familiar representou 3,6% do PIB nacional, correspondente a 38,71% do PIB agropecuário (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO; FIPE *apud* LISITA, 2005).

No Brasil, em 1960, 70% da população viviam na área rural e, em 2000, menos de 20% ocupavam essa mesma área em razão do intenso processo de urbanização ocorrido aqui e no mundo. A explosão urbana transformou as cidades inadequadas para o hábitat humano, pois carecem de infraestruturas urbanas e sociais, elementares à qualidade de vida dos cidadãos (DOWBOR, 2001).

O processo de urbanização, fruto da industrialização, foi reforçado pela modernização agrícola do campo que concentra terras em grandes produtores para obtenção da produção em larga escala. As constantes crises econômicas por que passou o Brasil, a falta

---

---

de políticas públicas que visassem, a longo prazo, a uma melhoria na qualidade de vida da população, fizeram aumentar a desigualdade social, as diferenças regionais e intrarregionais. A reforma agrária tornou-se, então, uma estratégia governamental para aliviar as pressões sociais, retomar o desenvolvimento do campo, proporcionando uma justa redistribuição de renda e um melhor equilíbrio entre campo e cidade.

*Diante do quadro de crises que o País atravessa, problemas de desigualdade social, subdesenvolvimento e concentração de terras fazem com que a reforma agrária torne-se estratégica para a retomada do crescimento e desenvolvimento do País. Tal afirmativa baseia-se na reforma agrária como uma política de justiça social com redistribuição de renda e poder (VILELA, 2002, p. 1).*

Vilela (2002) cita o relatório da FAO (Food and Agriculture Organization<sup>3</sup>), entidade da ONU — Organização das Nações Unidas —, no qual se menciona que os assentamentos de reforma agrária têm a capacidade de absorver a mão de obra familiar, podendo ainda gerar emprego para terceiros. Mostra que a agricultura patronal utiliza pouca quantidade de trabalhadores residentes e apresenta uma forte concentração de renda e exclusão social, ao contrário da agricultura familiar que revela um perfil essencialmente distributivo e incomparavelmente melhor em termos de proporcionar melhorias socioculturais.

Nesse relatório de avaliação do desempenho econômico dos sistemas patronal e familiar de produção agropecuária, concluiu-se que o segmento familiar, por apresentar sistemas de produção mais intensivos, permite a manutenção de quase sete vezes mais postos de empregos por unidade de área, ou seja, na agricultura patronal, são necessários sessenta hectares para a geração de um emprego contra apenas nove hectares da agricultura familiar.

Vilela (2002) destaca, também, que, embora no relatório da FAO se faça referência aos agricultores familiares de assentamentos da reforma agrária, pode-se constatar que:

*[...] o simples acesso a terra, somado a um apoio governamental mínimo, permite aos agricultores, no sistema de produção familiar, obter um nível de vida muito superior aos trabalhadores assalariados do campo ou da cidade, tanto em termos de superação da pobreza rural como da situação de emprego (VILELA, 2002, p. 2).*

Examinando a experiência de países bem-sucedidos econômica e socialmente, Guanzirolí *et al.* (2001) notaram que a estratégia de modernização agrícola, baseada em produtores familiares, mostrou ser mais eficiente, não só do ponto de vista técnico-econômico,

---

<sup>3</sup>Organização de Agricultura e Alimentos.

---

mas também do social, por gerar mais empregos. Afirmam, ainda, que não se justifica a opção de modernização rural com base nos setores de grande produção, porque representa uma subutilização de mão de obra e da terra ocasionando uma ineficiência social e uma utilização de recursos escassos (capital) subsidiados. Consideram que o fracasso em implantar projetos de desenvolvimento rural, com base em produtores familiares, em países em desenvolvimento, está nas chamadas “estratégias urbanas de desenvolvimento rural, cuja justificativa intelectual era a suposta ineficiência e incapacidade tecnológica da pequena produção familiar” (GUANZIROLI *et al.*, 2001, p. 42).

Neste trabalho, apresenta-se o turismo rural como atividade complementar à agropecuária familiar, de modo que a revisão conceitual sobre turismo, neste segmento, será realizada a seguir.

### 3. Turismo rural e agricultura familiar

Sobre turismo, Beni (2001) constatou que a atividade, ao mesmo tempo, desencadeia benefícios socioeconômicos e efeitos colaterais maléficos, quando não devidamente controlados. Entre as características beneficiadoras, estão:

- promoção e difusão de informação sobre uma determinada região ou localidade, seus valores naturais, culturais e sociais;
- desenvolvimento econômico e cultural da região;
- integração social, incremento da consciência nacional;
- desenvolvimento da criatividade em vários campos;
- promoção do sentimento de liberdade mediante a abertura ao mundo, estabelecendo ou estendendo os contatos culturais e estimulando interesse pelas viagens turísticas.

E entre as de efeitos nocivos não desejados:

- degradação e destruição dos recursos naturais;
- perda da autenticidade da cultura local;
- descrição estereotipada e falsa do turista e do país ou região de que procede, por falta de informação adequada;
- ausência de perspectivas para aqueles grupos da população local das áreas de destinação turística, que não obtêm benefícios diretos das visitas dos turistas ou do próprio sistema de turismo da localidade;
- disfunção social da família e desintegração da comunidade.

---

O espaço físico onde o turismo se desenvolve é invariavelmente afetado. Com base nesse antagonismo, Ruschmann (2002, p. 141) afirma:

*Encontrar um equilíbrio entre os interesses econômicos que o turismo estimula e um desenvolvimento da atividade que preserve o meio ambiente não é tarefa fácil, principalmente porque o controle depende de critérios e valores subjetivos e de uma política ambiental e turística adequada [...]*

A partir da segunda metade do século XX, teve início o fenômeno do turismo de massa. Ruschmann (2002) caracteriza-o como a viagem de um grande número de pessoas para determinadas localidades, seja em grupos ou individualmente, concentrando-se em períodos específicos do ano. Esse tipo de turismo, segundo a autora, vem sendo considerado um dos maiores responsáveis pelas agressões dos espaços naturais.

Cavaco (2001) também levanta a questão dos custos ambientais e sociais do turismo de massa, convencional, quase popular, próprio de uma sociedade de consumo e organizado “industrialmente”, que passa a tornar-se rotineiro. Acrescenta também a existência de novas procuras por diferentes modos de chegar-se a um turismo individualizado de tendências que sejam responsáveis, sustentáveis e seletivas em termos econômicos, valores e comportamentos pessoais. Essa procura dá-se, preferencialmente, no próprio país e em regiões não muito distantes, prefigurando talvez o turismo do futuro: um turismo com características particulares, de escala humana, e que seja bem integrado com os locais de destino, dotado de estruturas familiar e artesanal, tendo um aspecto cultural presente em seu meio e, além disso, não necessariamente muito dispendioso.

Por isso, Ruschmann (2002) aponta para outras formas da atividade turística para contrapor os impactos negativos do turismo de massa: os turismos alternativos, que recebem também os nomes de turismo responsável, turismo leve, turismo ecológico, turismo rural, agroturismo, turismo sustentado.

É grande a tipologia utilizada para designar os diversos tipos de turismo que se desenvolvem no ambiente rural e que são constantemente nomeados como “turismo rural” simplesmente. Entre eles: arborismo, turismo equestre, pesque-pague, ecoturismo, canoagem, turismo de aventura, pesca esportiva, ecorrural, etc. Como pondera Rodrigues (2001), o correto seria classificá-los como ‘turismo no espaço rural’.

---

O Ministério do Turismo (2003, p. 7) esclarece:

*[...] muitas práticas turísticas que ocorrem no espaço rural não são, necessariamente, turismo rural, e sim atividades de lazer, esportivas, ou ócio de cidadãos que ocorrem alheias ao meio em que estão inseridas. Isto é, considera-se turismo no espaço rural ou em áreas rurais [...]*

A definição de turismo rural, de acordo com o Ministério do Turismo — MTur — (2003, p. 7), é “o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”.

Quanto à atividade turística desenvolvida pelos produtores familiares rurais, é conceituada de Turismo Rural na Agricultura Familiar — TRAF — e entendida como:

*[...] a atividade turística que ocorre na unidade de produção dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem-estar aos envolvidos (Mtur, 2003, p. 8).*

Consideram-se agricultores familiares, segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário — MDA — e a Secretaria de Agricultura Familiar — SAF — (2004, p. 19):

*[...] produtores familiares tradicionais e assentados por programas de reforma agrária, extrativistas florestais, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores com métodos artesanais, povos da floresta, seringueiros e suas organizações, entre outros públicos definidos como beneficiários de programas do MDA/SAF.*

O agricultor familiar tem um acréscimo de receita na troca de atividades ligadas a hospedagem, alimentação, cultura e lazer. Pode ainda comercializar diretamente sua produção com os visitantes. Ao apropriar-se da cultura local e do ambiente natural para vendê-los em forma de produtos turísticos, os camponeses valorizam seus modos de vida e conservam os recursos naturais. É um reconhecimento da importância como pessoas e cidadãos que contribuem para a economia do país. Resgata-se, assim, a dignidade daqueles que suam pelo trabalho da terra e dela vivem com orgulho.

---

*Economicamente, a inserção da atividade turística na agricultura familiar pode aumentar a renda, principalmente com a comercialização de produtos feita diretamente ao consumidor/turista. Os benefícios sociais refletem-se na dinamização da cultura rural, na necessidade de os agricultores familiares manterem sua identidade e autenticidade. É desencadeado um resgate de valores, costumes, códigos: orgulhar-se da sua ascendência, relembrar histórias, resgatar a gastronomia, exhibir objetos antigos antes considerados velhos e inúteis, seu modo de falar, suas vestimentas, seu saber. Ressurgem, desse modo, as artes, as crenças, os cerimoniais, a linguagem, o patrimônio arquitetônico, que são restituídos ao cotidiano, transformados em atrativos típicos usados como marcas locais interessantes para o turismo (MTur, 2004, p. 5).*

Um conjunto de atividades pode ser desenvolvido nas propriedades familiares onde a interação turista/meio é relevante. Destacam-se, de acordo com o tipo de atrativo, as seguintes (MTur, 2004):

- a demonstração dos processos produtivos, com explicações e participação dos turistas nas atividades de ordenha, fabricação de doces e queijos, coleta em pomares e hortas, alimentação e banho em animais;
- a oferta da produção rural — sempre identificada com os elementos da terra e da cultura — de produtos in natura ou transformados de origem animal (queijo, embutidos) e vegetal (doces, conservas);
- a oferta de artesanato (também sua fabricação) originada de elementos locais da cultura local;
- as atividades recreativas e lúdicas: pescaria; passeios a cavalo, de barco e de charrete; caminhadas; banhos em rio, em lagoas e em açudes;
- a cultura local: folclore; artesanato; arquitetura (casarões, moinhos, galpões, pontes); mobília e antiguidades; maquinário e equipamentos (agrícolas e caseiros);
- as atividades de cunho educacional/ambiental nas quais se promove o respeito pela natureza e a conservação e preservação das áreas naturais, pois o atrativo natural é parte intrínseca da oferta rural;
- a alimentação, sempre ligada à culinária local, ofertando a gastronomia típica regional;
- a hospedagem aconchegante do campo, rústica, porém calorosa: em camping; na casa dos agricultores; em pensões; em pousadas;
- a utilização do entorno da propriedade familiar onde ocorrem festas típicas, religiosas, exposições agropecuárias, rodeios e outros atrativos naturais.



---

O Poder Público, para gerir uma atividade que envolve um universo potencial de 4,5 milhões de estabelecimentos familiares, criou, por meio do Ministério de Desenvolvimento Agrário, a Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar — REDE TRAF —, como principal instrumento de implementação do turismo na agricultura familiar. Segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário — MDA — (2004, p. 7), a REDE TRAF constitui-se:

*[...] em uma articulação nacional de instituições governamentais e não governamentais, técnicos e agricultores familiares organizados, que atuam nas atividades do turismo rural com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar e promover o desenvolvimento rural sustentável.*

Considerando-se as três esferas de governo — federal, estadual e municipal —, assim se podem dividir as organizações que se articulam nesses níveis e formam o arranjo institucional do TRAF (MDA, 2004):

- No nível federal: Conselho Nacional de Turismo; Conselho Nacional de Reforma Agrária; Ministério do Turismo; Ministério de Desenvolvimento Agrário que promovem deliberações, parcerias entre as principais instituições e gerenciam metas. As decisões dos conselhos refletem-se nas instâncias nacional, estadual, regional e municipal do Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar — PNTRAF. Os ministérios e suas respectivas secretarias são os órgãos executivos de gestão do programa.

- No nível estadual: entidades públicas e privadas que atuam com assistência técnica e extensão rural; organizações não governamentais (ONGs); instituições de ensino superior; entidades de representação dos agricultores familiares, organizadas em bases territoriais. Todas essas organizações são instâncias de gestão do Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar — PNTRF — e articulam-se com os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento da Agricultura Familiar e os Fóruns Estaduais de Turismo.

- No nível municipal: conselhos municipais de desenvolvimento rural; conselhos municipais de turismo; conselhos municipais de meio ambiente; conselhos municipais da agricultura; outras organizações municipais existentes que atendam às Diretrizes e Estratégias do Programa. Nessa instância, recomenda-se a participação dos agricultores familiares de forma organizada por comunidade ou por entidade representativa de classe.

Como visto, nesta seção, mostraram-se os benefícios proporcionados pela atividade do turismo rural na melhoria da qualidade de vida do homem do campo, em especial daqueles que lá vivem e trabalham em família. Também se apresentou o modelo de gestão com o qual o Poder Público pretende administrar o turismo rural na agricultura familiar. Passa-se,

---

agora, às oportunidades e aos desafios que se apresentam a atores e a entidades envolvidos na atividade.

#### 4. Oportunidades e desafios

Vem aumentando, ano a ano, o número de famílias assentadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA. Movimentos sociais organizados, como o MST (Movimento dos Sem Terra), passaram a ocupar os espaços públicos abertos com o retorno às liberdades democráticas limitadas pelos governos militares entre 1964-1985. Na Constituição de 1988, está prevista a participação da sociedade organizada na gestão pública por meio de conselhos, fóruns, etc. O MST soube ocupar esses espaços públicos, quer pela maneira ordeira e democrática, quer pela pressão das invasões, ocupações de terras e prédios públicos. Em 24 anos (1970-1994), foram assentadas 316.327 famílias, número que foi superado, no período de quatro anos (1995-1999), com 373.220 famílias assentadas. Somente no ano de 2005, o INCRA concedeu o benefício da terra a 127.506 famílias (INCRA, 2006).

Embora o objetivo econômico principal das famílias assentadas seja a produção agropecuária, não se pode negar que todas essas unidades familiares possam desenvolver o TRAF e aumentar suas chances de sustentabilidade na nova propriedade. Cabe a REDE TRAF e a todo seu aparato institucional conseguir capacitar, organizar em redes, facilitar o financiamento para novas infraestruturas e inserir os novos agricultores familiares no mercado turístico.

Do ponto de vista da demanda, um nicho de mercado emergente e pouco explorado encontra-se nas classes de baixa renda, as chamadas “C” e “D”, que pertencem ao segmento conhecido como turismo popular ou social (MTur, 2006). Segundo pesquisa do MTur/IBAM — Instituto Brasileiro de Administração de Municípios — (2006), os turistas de baixa renda gastaram 3,8 bilhões de reais com viagens em 2003. Costumam viajar em grupo e com frequência, o ano todo, principalmente nos finais de semana e feriados. Percorrem normalmente distâncias curtas ou médias e têm, como destinos, locais no interior do próprio estado. Seus destinos turísticos são variados, entre eles estão praias (27%), área rural (11%), rio/pesca (10%), festas (8%). É importante destacar que passeio e descanso, visita à família e aos amigos são os principais motivos da viagem.

Interessante que o estreitamento de laços sociais foi largamente mencionado na pesquisa qualitativa. Dessa forma, predominam as excursões de curta duração, também conhecidas como “bate e volta”, em que o ônibus é o principal meio de transporte, incluindo-se, aqui, os ônibus clandestinos. Os viajantes hospedam-se, principalmente, na residência de amigos e parentes como forma de baratear os custos. Eles mesmos organizam as viagens e,

---

se utilizam operadores, são informais. As viagens são pagas à vista em 92% dos casos.

Embora as zonas rurais estejam às margens das cidades, a uma distância curta ou média dos residentes urbanos, mesmo assim são elas destinos pouco frequentados pelos turistas populares, ainda que eles desejem também passear ou descansar.

Na realidade, é, em grande parte, também o lazer, o motivo daqueles que viajam para visitar parentes amigos, pois a hospedagem gratuita, fornecida por seus conhecidos, é determinante para a escolha do destino.

A dificuldade de crédito para os turistas de baixa renda, comprovada pelo fato de que a grande maioria (92%) paga suas viagens à vista, pode restringir o consumo do turista de baixa renda quanto aos pacotes turísticos e ser preponderante na seleção do destino turístico.

Em se tratando de acessos e transportes para zonas rurais, muitas localidades têm acesso precário e/ou não são servidas por linhas de ônibus regulares, o que dificulta a chegada do turista popular a essas áreas.

Um desafio que se apresenta aos planejadores do turismo, para compatibilizar o público de baixa renda ao TRAF, é adequar o fluxo intensivo de turistas do turismo social, semelhante ao "de massa", com a baixa capacidade de carga exigida pelo turismo rural, evitando, assim, os efeitos negativos do turismo no meio rural. O fato de que se hospedam em sua maioria em casas de amigos e parentes quando viajam é um indicativo de que é possível pulverizar grupos grandes por uma localidade, dividindo-os pelas unidades familiares rurais locais. Quebrar-se-ia, talvez, o aspecto da socialização do grupo, mas seria compensado pelo início de um novo relacionamento: o do turista popular com a família rural anfitriã.

A informalidade com que se organizam e se contratam as viagens dificulta o monitoramento e o controle dos serviços prestados, comprometendo a segurança e a satisfação pessoal na fruição da viagem. Trazer para a formalidade todo esse conjunto de atividades exigirá normatização, capacitação e profissionalização do setor. Corre-se o risco de que esse processo venha a encarecer os produtos turísticos finais, devendo haver, por isso, uma contrapartida do setor público no sentido de incentivar a legalização e a profissionalização do segmento de turismo popular.

Fazer chegar ao público de baixa renda informações sobre o TRAF, melhorar o acesso e o transporte público em zonas rurais, viabilizar crédito para o turismo popular são articulações que a REDE TRAF deve fazer por todo o sistema de gestão para conquistar esse pungente segmento de demanda, levando mais renda e emprego ao campo.

Cruzando os dados do INCRA (2005) com os da pesquisa do MTur/IBAM (2006), conclui-se que, em razão do número crescente de famílias assentadas, poderá haver um aumento progressivo da oferta do produto TRAF, se bem trabalhada pela REDE TRAF.

Há um segmento de demanda pouco explorado, composto pelas classes "C" e "D",

---

que, apesar de incipiente, já mostra ter capacidade de consumo com gastos de 3,8 bilhões de reais (2003) em viagens (4,5 bilhões se corrigidos para 2005). Falta compatibilizar a crescente oferta com esse novo consumidor turista.

## 5. Considerações finais

A agricultura familiar vem crescendo de importância no agronegócio e na sustentabilidade do espaço rural brasileiro, já que dinamiza a economia do campo, trazendo renda e gerando emprego. Reconhece-se a importância da agricultura patronal, de grande escala para a economia do País, na qual a mecanização, aliada aos desenvolvimentos genéticos, alcançou altos níveis de produtividade em setores, como os de soja, arroz, cana-de-açúcar, pecuária bovina. Entretanto há espaço para os pequenos agricultores familiares que provaram a eficiência no uso intensivo do solo, superando a agricultura patronal em pecuária suína, feijão, milho, tomate, laranja, etc. Os benefícios sociais são, porém, maiores na agricultura familiar, pois se geram sete vezes mais empregos por unidade de terra.

O turismo vem, pois, fortalecer a agricultura familiar como mais uma opção de renda, ajudando a compensar as perdas e quedas de produção agrícola, ocasionadas pelas intempéries naturais. Como consequências da atividade turística na agricultura familiar, têm-se a valorização do homem do campo e sua cultura, a preservação do ambiente natural, o resgate das raízes rurais brasileiras e a integração campo/cidade. Aumenta-se a conscientização ambiental tanto daqueles que vivem da terra, como daqueles que a visitam, construindo um relacionamento de respeito entre homem e natureza, cidade e campo. O efeito distributivo da renda, causado pelo turismo, irriga a zona rural com o capital urbano deixado pelos turistas gerando mais postos de trabalho e ajudando a desacelerar o êxodo rural. Nesse sentido, o turismo serve como estratégia de suporte ao desenvolvimento sustentável do espaço rural brasileiro.

O número de unidades de agricultura familiar continuará a crescer em consequência da aceleração do Programa de Reforma Agrária que tem dado posse de terras a milhares de famílias todos os anos. Ao mesmo tempo, desponta um importante segmento consumidor, composto pelas classes de baixa renda, que se encontra quase totalmente na informalidade do turismo e que pouco se utiliza dos produtos do turismo rural na agricultura familiar. Harmonizar esta oferta com a demanda do turismo popular é um desafio aos turismólogos, operadores de turismo, gestores públicos e da REDE TRAF.

Nem todos os que labutam na terra têm o perfil ou desejam dedicar-se à atividade turística que exige sociabilidade, dedicação, vontade em quebrar paradigmas e aprendizado

---

---

contínuo. Importante ressaltar que o turismo não se apresenta como a “salvação da lavoura” para os agricultores familiares, mas como uma atividade que, se bem trabalhada, lhes trará bons dividendos socioeconômicos e melhoria na qualidade de vida no campo.

## 6. Referências

- BENI, Mário C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 2001.
- CAVACO, Carminda. Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr B. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 2001.
- DOWBOR, Ladislau. **A reprodução social — descentralização e participação: as novas tendências**. São Paulo, fev. 2001. Disponível em: <<http://dowbor.org/artigos.asp>>. Acesso em: 5 jan. 2007.
- GUANZIROLI, Carlos E. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- INCRA — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relatório de atividades INCRA 30 anos**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/arquivos>>. Acesso em: 5 mar. 2007.
- \_\_\_\_\_. **Relatório gestão exercício 2005**. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/arquivos>>. Acesso em: 5 mar. 2007.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. **Classes C e D um novo mercado para o turismo brasileiro: relatório final análise de dados da pesquisa quantitativa e qualitativa**. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/relatório>>. Acesso em: 10 fev. 2007.
- \_\_\_\_\_. **Diretrizes para elaboração do turismo rural**. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/>>. Acesso em: 3 ago. 2003.
- \_\_\_\_\_. **Programa de turismo rural na agricultura familiar**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/>>. Acesso em: 10 fev. 2007.
- OLIVIERI, Lisita. **A importância da agropecuária familiar na economia nacional**. Viçosa, MG, 2005. Disponível em: <<http://www.portaldoagronegocio.com.br>>. Acesso em: 15 fev. 2007.
- RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo no Brasil: análise e tendências**. Barueri, SP: Manole, 2002.
- RODRIGUES, Balasteri Adyr. **Turismo Rural: práticas e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2001.
- ROZENBAUM, Sérgio; LEITÃO, Sérgio Proença. Para um agronegócio sem exclusão. In: **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, vol. 40, n.o 2, mar./abr. 2006.
- TÂNIA, Bacelar de Araújo. Descentralização e participação na reforma agrária: um processo em discussão. In: **Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Fortaleza, 1998.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VILELA, Marina de Fátima. **Reforma agrária e a agricultura familiar como estratégias de desenvolvimento**. Viçosa, MG, 2002. Disponível em: <http://www.portaldoagronegocio.com.br>>. Acesso em: 15 fev. 2007.